

Imprensa: consenso pela liberdade.

Os líderes estão contra a transmissão obrigatória dos trabalhos pelo rádio e TV, por 1h30 diárias.

As emissoras de rádio e televisão do sistema "Radiobrás" e da TV-Educativa deverão transmitir, ao vivo, todos os debates da Assembléia Constituinte, comissões e plenário. Esta foi a posição assumida pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com respaldo de Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, Prisco Viana, Severo Gomes, entre outros, em reuniões informais destinadas a examinar o problema de rádio e televisão.

Com relação à transmissão obrigatória dos trabalhos da Constituinte, em horário determinado pelas emissoras de rádio e televisão particulares, líderes do PMDB disseram que o assunto "será decidido mediante negociações". Um deles comentou que a transmissão obrigatória pelo Rádio e TV da Constituinte "pode ser um risco, capaz de provocar desinteresse e irritação no público".

Críticas

Vários constituintes e líderes dos partidos estão criticando o projeto de regimento interno que obriga as emissoras de rádio e televisão a dar 90 minutos diários na programação sobre os trabalhos da Constituinte. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou emenda, ontem, reduzindo esse tem-

O presidente da Abert esteve ontem também com os senadores Jar-

bas Passarinho (PDS-PA) e Alfredo Campos (PMDB-MG), que prometeram lutar contra a obrigatoriedade de uma hora e meia por dia. Joaquim Mendonça voltou ontem para São Paulo e, na próxima segunda-feira, promove reunião em Brasília dos 18 diretores regionais da Abert, para discutir a questão. O superintendente da Abert, Antonio Abelin, continua conversando com os parlamentares em Brasília e hoje terá encontro com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"O que queremos é liberdade de informar", diz Joaquim Mendonça, garantindo que as lideranças estão

com ele, propondo também a transformação da "Voz do Brasil" na "Voz da Constituinte". Para o presidente da Abert, "mesmo que a obrigatoriedade de transmissão seja de apenas dois minutos, será pior do que ter 30 ou quatro minutos de programação livre".

O deputado Maurílio Ferreira Lima ao justificar sua emenda que reduz a obrigatoriedade a somente cinco minutos diários, diz que a Constituinte "pode ter os meios legais para obter o horário, mas não tem o que colocar no ar durante 90 minutos e o ouvinte desligará os aparelhos". Para ele, a opinião pública, "agredida por uma programação chata, se voltará contra a Assembléia Nacional Constituinte, considerando que estamos em Brasí-

lia apenas para tumultuar o cotidiano, invadindo a privacidade de cada lar brasileiro com um som e uma imagem que desagradam". Mesmo os cinco minutos diários ele considera um risco enorme manter por muitos meses, "porque nem novela de qualidade suporta este tempo".

Maurílio Ferreira Lima diz que um absurdo maior ainda é a pretendida publicação de uma súmula diária nos jornais, que suprimiu totalmente em sua emenda.

O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) também apresentou

emenda, reduzindo o tempo de obrigatoriedade a 15 minutos por dia, dividido em três períodos. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, afirma que 10 minutos por dia são suficientes, "como dizem os próprios constituintes que têm experiência no setor de rádio e televisão".

Para o líder do PDS, deputado Amaral Neto, que conversou segunda-feira com o presidente da Abert, "tudo está em aberto e é negociável. Dá para chegar a um denominador comum". A deputada Christina Tavares (PMDB-PE) continua pedindo a obrigatoriedade de transmissão dos trabalhos da Constituinte e, ontem, acusou a Abert de "pressionar os constituintes com seu lobby". O PT também pressiona para que a Constituinte tenha o maior tempo possí-

vel de transmissão obrigatória no rádio e na TV.

po a cinco minutos, justificando que a proposta anterior, "representa uma aberração que, se aprovada, liquidará, com a credibilidade da Constituinte".

Para o líder do PTB, deputado Gastone Righi, "a constituinte não pode compactuar com um confisco de uma hora e meia de programação das emissoras". Ele diz que isso seria "uma violência" e que o PTB foi surpreendido com o projeto, mas que tem certeza que os líderes chegarão a uma conclusão conciliatória. "Algo como uma recomendação para destaque da Constituinte nos noticiá-

rios". Righi pensa que obrigar os rádios e TVs a ceder um espaço diário, acabará por reduzir a divulgação dos trabalhos.

Ele recebeu ontem a visita do presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, dizendo que assim como defendeu as duas horas de transmissão gratuita de propaganda eleitoral antes das eleições, agora é contra a obrigatoriedade pedida no projeto de regimento interno. "Porque não se trata mais de defender os candidatos do poder econômico". Righi diz que a imprensa já está dando o devido espaço à Constituinte e que o Congresso não teria nenhuma condição de fazer uma programação melhor.